

A DIMENSÃO LOCAL DO DESENVOLVIMENTO: UMA APLICAÇÃO AO CASO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Beatriz Azevedo*

Experiências de desenvolvimento local constituem hoje uma das características mais marcantes do processo de reestruturação industrial pelo qual vem passando a economia europeia nas últimas décadas. Pela expressão "desenvolvimento local", os economistas querem designar um fenômeno de fortalecimento das economias de determinadas localidades e/ou regiões como resultado da aglomeração geográfica de empresas ligadas a todos os setores da economia e tendo uma especialização produtiva em comum.

A esse processo de concentração espacial de empresas, usufruindo de uma série de externalidades específicas (*site effects*), denominou-se de "sistemas produtivos locais" (SPL), que são vistos hoje como um modelo alternativo de industrialização para algumas regiões dos países desenvolvidos.

O objetivo deste texto é o de apresentar, de uma forma sucinta, como o modelo se apresenta nas economias europeias, de modo a permitir uma reflexão sobre a possibilidade de convertê-lo em um dos elementos do processo de desenvolvimento regional brasileiro. O texto organiza-se como segue. Primeiro, sintetizam-se as características principais das experiências espontâneas de industrialização local que marcam o desenvolvimento recente das localidades que fazem parte da chamada "Terceira Itália". Em seguida, examinam-se as estratégias, visando à emergência e à expansão de sistemas produtivos locais, aplicadas nas demais economias europeias, onde esse modelo

* Economista, Técnica da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e Doutoranda do Institut de Recherche sur la Production et Développement (IREPD), da Universidade de Grenoble, da França.

assumiu um caráter particularmente normativo. E, por último, delineiam-se, nas considerações finais, alguns aspectos dessas estratégias de desenvolvimento local que poderiam justificar sua aplicabilidade no âmbito da economia brasileira.

1 - Os distritos industriais da "Terceira Itália"¹

A afirmação dessa nova modalidade de desenvolvimento deve-se a uma reação defensiva de certas economias locais face a uma conjuntura econômica de crise (nacional e internacional), na qual a desindustrialização e os problemas urbanos daí decorrentes constituíram os traços mais marcantes. Exemplo típico é o caso particular da "Terceira Itália", onde, a partir dos anos 70, houve um crescimento notável desses sistemas industriais, em função de estratégias adotadas por pequenas empresas, visando aumentar sua competitividade.²

Se, em um primeiro momento, esse fenômeno é associado a um movimento de descentralização de grandes firmas, observa-se, também, que ele é acompanhado de uma nova dinâmica industrial, baseada em agrupamentos de pequenas empresas que desfrutam de uma série de rendimentos coletivos, decorrentes da concentração e especialização de competência, de produção e de mão-de-obra em uma mesma área geográfica, tudo isso constituindo uma sorte de "cultura industrial local".

O dinamismo de funcionamento dessas empresas é interpretado, então, a partir do conceito de "distrito industrial",³ cuja dinâmica se deve à organização

¹ A expressão "Terceira Itália" descreve o espaço regional situado entre Roma e Milão, no qual se incluem cidades históricas como Veneza, Bolonha, Florença e Ancona.

² Uma apresentação da evolução do debate sobre o papel de pequenas empresas na economia italiana pode ser encontrada em Brusco e Sabel (1981), onde se identificam três fases de desenvolvimento das pequenas empresas italianas: em 1960, elas aparecem sob a forma de um artesanato tradicional; em 1970, elas se estabelecem como subcontratadas de grandes empresas; e, finalmente, ao término desta última década, essas pequenas empresas se organizam em distritos industriais.

³ A primeira série de trabalhos que levam à elaboração de uma teoria do "distrito industrial" tem suas origens nas análises dos geógrafos e sociólogos, dentre os quais Houssel (1972) e Bagnasco (1977), que mostram a influência de fatores endógenos no processo de desenvolvimento italiano nas décadas de 50 e 60, processo este caracterizado pela proliferação de pequenas empresas de caráter tradicional e de gestão familiar. Do ponto de vista da economia, foram pioneiros os trabalhos de Becattini (1979) e Garafoli (1981), que reatualizam o conceito de distrito industrial de Marshall (1906, 1919) e o aplicam na interpretação da realidade italiana.

das empresas em redes de cooperação horizontal e às estreitas relações que elas passam a manter com seu ambiente sócio-econômico.⁴ Enfim, a idéia-chave é que a eficiência dos distritos industriais está associada à criação de um ambiente que estimule práticas sociais de cooperação entre todos os agentes da comunidade e/ou região, condição esta apontada como fator que teria favorecido a reestruturação produtiva de regiões industriais atingidas pela crise, ou mesmo de regiões em atraso de desenvolvimento.⁵

Se o modelo de "distrito industrial" tem uma utilização mais restrita, constituindo-se em uma interpretação específica da realidade italiana,⁶ o conceito de SPL é mais amplo e pode ser associado a várias modalidades de desenvolvimento local.⁷

2 - Políticas de desenvolvimento local

Foi a partir de estudos empíricos sobre a realidade italiana que se descobriu que tal sistema de organização territorial de empresas se adaptava de maneira bastante adequada à instabilidade que caracteriza a conjuntura econômica internacional dos anos 80, dada a sua grande flexibilidade social e econômica de funcionamento (RAVEYRE, SAGLIO 1984; LACOUR 1985;

⁴ Bagnasco (1988) foi um dos primeiros autores a identificar no processo difuso da industrialização italiana uma forma híbrida de regulação econômica que não se baseia mais de forma dominante na organização da grande firma e em trocas políticas convencionais, mas que combina mecanismos de mercado e uma certa reciprocidade entre os agentes ao nível local. Em uma abordagem econômica, Becattini (1987) aponta a coexistência singular entre concorrência e solidariedade entre empresas, reduzindo os custos de transação do mercado local.

⁵ Diversos trabalhos colocam em evidência a relação estreita que existe entre a expansão mais recente de regiões européias e esse tipo de organização industrial (COURLET 1987; SILVA 1988; COPPOLA 1989; DIMOU 1992) e porque, então, tal modo de desenvolvimento parece bastante acessível aos países em desenvolvimento (SABEL 1986, SCHMITZ 1990, SCHMITZ, MUSYCK 1993).

⁶ Sobre as especificidades do modelo da "Terceira Itália", ver especialmente Fuà e Zacchia (1973), Garafoli (1983), Ganne (1989), Brusco (1982), assim como uma publicação especial da *Revue Internationale des PME* (LE MODELE..., 1989).

⁷ Em uma perspectiva histórica, faz-se, mesmo, referências abundantes a distritos industriais italianos, franceses, alemães e americanos na história industrial desses países (PIORE, SABEL 1984; FUÀ 1985).

COURLET, JUDET 1986, GANNE 1989; COURAULT, ROMANI 1990; COURLET 1990; SEGENBERGER, PYKE 1991; BENKO, LIPIETZ 1992). Essa constatação motivou, então, os economistas a proporem uma ação consciente no sentido de aplicar esse modelo com vistas à regeneração das economias dos países desenvolvidos. É o caso de reorganizações recentes de algumas zonas industriais européias, com base no modelo de SPL, que resultam de um esforço dirigido de comunidades locais — baseado em iniciativas empresariais, compartilhadas por administradores públicos locais e/ou regionais —, que passaram a adotar políticas de cunho local destinadas a promover ajustes produtivos em suas respectivas economias.

Se o objetivo principal dessas políticas locais é a melhoria da eficiência produtiva das empresas através da criação de um ambiente favorável a seu funcionamento, elas, na verdade, são bastante diversificadas, assumindo formas diferentes de acordo com o perfil das localidades e os problemas específicos que cada uma delas enfrenta.⁸ Essa diversidade resulta do setor econômico que aí predomina, do nível de especialização das empresas, dos tipos de mercado e da qualidade dos produtos, e, evidentemente, do grau de desenvolvimento da região.⁹

Embora se baseiem em um conjunto extenso de estratégias, podem-se identificar três ações-chave na aplicação dessas políticas:

- iniciativas voltadas à criação e à expansão de empresas - as vantagens decorrentes da proximidade geográfica atraem novas empresas e contribuem para o desenvolvimento daquelas já existentes; essas vantagens, porém, não levam somente a uma redução dos custos de produção, mas a inovações nas áreas da produção e de mercado. No âmbito do aparelho produtivo, a reestruturação dos sistemas produtivos locais e regionais está se realizando não só através de mudanças nos processos produtivos (mudanças na organização das empresas em função da introdução de novas tecnologias) como também mediante a

⁸ Ver uma aplicação desse modelo para regeneração de uma zona industrial francesa em Courlet e Sanson (1992).

⁹ Essa diversidade se deve também ao tipo de sistema político (e suas respectivas políticas públicas) em vigor em cada sociedade. Ver um estudo comparativo entre as formas que assumem os sistemas produtivos locais na Itália, na França e na Alemanha, em Colletis, Courlet e Pecqueur (1990).

fabricação de novos bens e/ou diferenciação da produção, o que significa, em termos de comercialização, a possibilidade de ocupação de novos mercados (VÁZQUES BARQUERO, 1995; COURLET, PECQUEUR, ROUSIER, 1988);

- fomento da mudança tecnológica - trata-se de organizar territorialmente as mudanças tecnológicas, de tal modo que as empresas possam introduzir, de forma eficaz e rápida, novas tecnologias, ajustando-as às condições do sistema produtivo e das empresas locais; em alguns casos, é possível aproveitar o potencial tecnológico existente na região, o mais freqüente, porém, é a importação de *know-how* empresarial proveniente de outras áreas, o que supõe a introdução de inovações tecnológicas pela imitação ou adaptação de tecnologias externas;¹⁰
- formação técnica e qualificação do trabalhador¹¹ - realização de programas de requalificação de mão-de-obra, o que pode implicar reordenação de escolas ou mesmo criação de escolas técnicas adaptadas às exigências dos novos processos de produção.

É são três os atores apontados como responsáveis pela definição e aplicação dessas políticas:

- primeiro, os empresários que desempenham o papel de animadores ou de mediadores do ajuste produtivo. Reunidos em associações locais, eles definem e se responsabilizam pela gestão dos recursos do ambiente que são considerados úteis às empresas. Essas associações buscam, em última análise, promover a colaboração entre empresas, de modo a modernizá-las e a melhorar sua competitividade;
- segundo, os administradores públicos locais, aos quais cabe identificar demandas das empresas, assim como incentivar a mobilização de recursos científicos e tecnológicos locais;¹²

¹⁰ De fato, o modelo-padrão de um sistema local de produção pressupõe um modo muito particular de gestão da inovação tecnológica. Ver sobre o assunto Aydalot (1986), Planque (1988), Gordon (1989), Gaffard (1990), Camagni (1991), Perrin (1991) e Maillat (1992).

¹¹ Sobre mercado local de mão-de-obra, ver Salais e Storper (1992).

¹² Sobre a definição e aplicação de políticas públicas, ver, particularmente, Sabel (1993) e Soulage (1994).

- terceiro, as instituições locais (universidade e institutos de pesquisas), que, por sua vez, através de iniciativas de mudança tecnológica e de formação de mão-de-obra, reforçam e complementam os ajustes produtivos das forças de mercado. Nesse aspecto, elas são responsáveis pelo treinamento da mão-de-obra (condição indispensável para que se eleve a produtividade do sistema), cuja qualificação deve adaptar-se às novas condições de produção (PERSPECTIVES..., 1988).

Embora não tenha sido realizada até o momento uma avaliação sistemática dessas políticas locais, informações baseadas em muitos estudos de caso dos SPL europeus são conclusivas em um ponto central: o êxito dessas políticas reside, em grande parte, na capacidade de articulação de todos esses agentes, na sua capacidade de criar um ambiente favorável, uma certa "atmosfera industrial"¹³, capaz de favorecer o acesso a recursos humanos, empresariais e financeiros da região. Essa cooperação é vista como uma fonte importante de vantagens competitivas e de estabilização para as empresas e se traduz, na prática, pela formação de redes entre agentes públicos e privados (associações e agências de desenvolvimento) e em acordos formais entre empresas, visando à construção de relações sistemáticas e estáveis entre elas.

Considerações finais

Neste texto, foram feitas referências a experiências de desenvolvimento local em comunidades afetadas por crises econômicas: é o que mostrou o exemplo italiano, onde sistemas locais representam hoje um dos pilares nos quais se assenta o crescimento econômico de regiões anteriormente em atraso.¹⁴ Se tais iniciativas de desenvolvimento local podem se revestir de um

¹³ Expressão marshalliana que serve para designar a presença em um determinado território de economias externas, favorecendo um desenvolvimento econômico localizado (MARSHALL, 1919).

¹⁴ Três institutos europeus encontram-se atualmente voltados à discussão dessa questão: o L'Institute of Development Studies (IDS) em Sussex, o L'IREPD em Grenoble e o International Institute for Labour Studies (IILS) em Genebra. Uma bibliografia extensa sobre o funcionamento dos SPL e políticas de apoio a aglomerações de pequenas empresas em países em desenvolvimento encontra-se condensada em Nadvi e Schmitz (1994).

caráter nitidamente defensivo, vimos também que elas puderam se reproduzir, ainda que em condições diferentes, em outros contextos, através da adoção de estratégias de política econômica visando corrigir disfunções provocadas nas áreas de produção, de mercado e das instituições. A nosso ver, é nesse sentido normativo e levando em conta a possibilidade de ajustar o modelo, que ele parece ser adaptável às especificidades da economia brasileira e, particularmente, das zonas industriais gaúchas.¹⁵

De modo geral, porque a aplicação de políticas de desenvolvimento local parece interessante em situações de conjuntura instável e incerta, como é o caso da economia brasileira, assim como em um contexto de internacionalização crescente da economia, no qual pode se tornar importante a criação de estratégias defensivas ao nível local. Essas estratégias adquirem também relevância em quadros de integrações regionais que se querem realmente ativas. Esse é o caso de sistemas produtivos locais europeus, que se organizaram para fazer frente à unificação crescente que representa o Mercado Comum Europeu, e pode ser o caso de diversos segmentos industriais gaúchos, cuja integração ao Mercosul, em um futuro próximo, exigirá uma profunda revisão de prioridades e instrumentos de política regional (LINS, BERCOVICH, 1995).

Mais especificamente, porque esse modelo propõe uma mudança de perspectiva face às teorias e políticas econômicas tradicionais, resgatando, em primeiro lugar, o papel importante de pequenas e microempresas, numerosas no quadro da economia brasileira, no desenvolvimento industrial. Assim, pequenas empresas, antes relegadas à margem, colocam-se

¹⁵ É em meio a considerações dessa natureza que está sendo desenvolvido um estudo sobre a dinâmica de funcionamento das microempresas da região do Vale do Sinos. Isto porque as características dessa região industrial, tais como o grande número de micro e pequenas empresas, a disponibilidade de mão-de-obra e de instituições locais de apoio à indústria, a aproximação bastante do modelo de SPL. Além da forte especialização local na produção de couro e derivados, essa indústria apresenta traços estreitos de integração produtiva e geográfica, os produtores encontrando na região os recursos de base e equipamentos necessários. A história e a tradição industrial da região, levando à atual concentração e especialização de *know-how*, conferem, assim, ao Vale do Sinos uma forte identidade produtiva, que pode gerar um certo grau de consenso social de interesses e favorecer, desse modo, a aplicação de uma política local de desenvolvimento, que parece necessária à evolução do setor face à atual conjuntura econômica de forte competitividade internacional (AZEVEDO 1993).

doravante em primeiro plano na análise econômica. De fato, uma análise em termos de SPL permite colocar questões ligadas não só ao funcionamento da indústria em pequena escala (particularmente, no que se refere ao tipo apropriado de tecnologia), mas também às relações que se podem estabelecer entre pequenas empresas que, espacialmente concentradas, apresentem interesses em comum, e mesmo entre elas e as grandes empresas, através da subcontratação de serviços.

Por outro lado, as vantagens de aplicação desse modelo relacionam-se à possibilidade de alcançar uma certa autonomia regional,¹⁶ o que parece interessante em um contexto de centralização de decisões e de iniciativas, como é o caso do sistema político-administrativo brasileiro. Nesse sentido, a proposta é a de elevar a produtividade das atividades econômicas, através da integração de todos os setores da economia — indústria, comércio e serviços —, articulados em torno de uma mesma especialização produtiva, em um projeto de desenvolvimento comum.

Essa integração local de setores pressupõe uma articulação estreita entre empresas, através de laços de complementaridade e/ou acordos de cooperação. Esse modelo distingue-se, assim, das análises tradicionais, de inspiração neoclássica, sobre o comportamento empresarial, para o qual a existência de acordos se revela sempre problemática, na medida em que ela é vista como fator de redução de competitividade das empresas. Ao contrário, nesse novo modelo, admite-se que cooperação e complementaridade, isto é, um certo diálogo entre empresas, podem existir (e é desejável, porque é lucrativo) mesmo em contextos de concorrência acirrada.¹⁷

Esses acordos podem se estabelecer através de contatos diretos entre empresas, sejam eles formais (associações locais de empresários), sejam informais,¹⁸ ou, ainda, mediante a ação de instituições intermediárias que

¹⁶ O território, espaço econômico de instalação dessas empresas, deixa de ser um mero suporte físico e torna-se um agente ativo do seu desenvolvimento (PECQUEUR 1992; PECQUEUR, SOULAGE 1992).

¹⁷ Ver a utilização do conceito de "convenção" para dar conta de relações conflituosas e cooperativas entre agentes econômicos que compartilham os mesmos valores e interesses em Salais (1989).

¹⁸ Nos estudos sobre o modelo de SPL, observa-se que trocas entre agentes econômicos são dificilmente contabilizadas, pois relações entre empresas podem ser de outra natureza: trata-se de acordos tácitos ou informais, cujo impacto não é necessariamente visível do ponto de vista estatístico, e que podem ser estimulados em uma perspectiva de desenvolvimento local.

fornece assessoria em domínios diversos: informações importantes sobre mercados e sobre os movimentos das empresas estrangeiras; sobre a forma de estabelecer negociações e identificar possíveis parceiros internacionais; apoio para enfrentar as tramitações necessárias para exportar e importar; etc. Isso se torna especialmente estratégico para as pequenas empresas face aos obstáculos que usualmente enfrentam para internacionalizar suas atividades e ampliar mercados (LINS, BERCOVICH, 1995).

Sistemas produtivos locais mostram, na verdade, a importância que pode assumir a proximidade geográfica de empresas, favorecendo o estabelecimento de relações entre elas e com seu ambiente, para a criação de economias externas, estas dizendo respeito principalmente à possibilidade de circulação e informações e de mão-de-obra qualificada, ao usufruto em comum de uma infra-estrutura de apoio às empresas e ao acesso a serviços vários e especializados. Se tais externalidades são importantes para assegurar a competitividade do sistema industrial local como um todo, a possibilidade de utilizar recursos e capacidades externas às empresas apresenta-se como uma perspectiva atraente, particularmente em um contexto de custos fixos elevados, no qual vivem as pequenas empresas que podem compensar, assim, de certo modo, a ausência de economias de escala próprias às organizações de grande porte.¹⁹

Essa perspectiva local de desenvolvimento, ao contrário de uma política setorial, permite também deslocar o eixo das iniciativas políticas, conferindo maior flexibilidade e rapidez à gestão de recursos regionais. Isto porque a ação de administrações públicas regionais é mais próxima de realidades locais, e, por isso, mais operacional. Ela permite, ainda, combinar desconcentração industrial e políticas regionais, o que supõe, evidentemente, uma certa articulação destas últimas com políticas formuladas ao nível global. De qualquer forma, a afirmação de políticas regionais coloca em questão a eficiência

¹⁹ Embora não se excluam as grandes empresas dessa dinâmica local, pesquisas empíricas têm mostrado, antes de tudo, que pequenas empresas apresentam uma grande capacidade de se organizar, a um nível local, mesmo em conjunturas críticas, para agirem em conjunto e usufruírem, assim, de externalidades específicas, na medida em que desenvolvem uma competência coletiva em uma atividade econômica específica. Sobre o comportamento de pequenas empresas a um nível local, ver Courault *et al.*, (1992).

pretendida de uma regulação exclusivamente macroeconômica, no sentido de promover os ajustes produtivos que se tornam necessários, principalmente em situação de crise.²⁰

Em suma, o modelo de SPL faz referência a uma modalidade de desenvolvimento, onde recursos locais (mão-de-obra, *know-how* empresarial, infra-estrutura, etc.) são mobilizados para dinamizar iniciativas empresariais e, desse modo, contribuir para ativar e expandir economias locais. Estas se tornam um lugar de resistência e de compromisso entre empresários, administrações públicas e instituições locais, que se responsabilizam coletivamente pela criação de um ambiente favorável a seu desenvolvimento. Nesse sentido, esse modelo pode se constituir em uma resposta alternativa para as preocupações que afligem atualmente a economia brasileira²¹, na medida em que ele representa um projeto sócio-econômico de uma comunidade e/ou região, capaz de articular aspectos tradicionalmente vistos como dicotômicos, como a sociedade²², a política e a economia, o global e o setorial, o curto e o longo prazo, a pequena e a grande empresa, na definição dos rumos do desenvolvimento econômico.

Bibliografia

- AYDALOT, P. (1986). L'aptitude des milieux locaux à promouvoir l'innovation. In: FEDERWISCH, J., ZOLLER, H. **Technologie nouvelles et ruptures régionales**. Paris: Economica.
- AZEVEDO, Beatriz (1993). A pequena produção manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.14, n.1, p.94-113.

²⁰ Chama-se aqui atenção para um outro deslocamento de perspectiva: os agentes principais dessas políticas locais são doravante os administradores públicos e as empresas situadas na localidade. Isto porque a aplicação desse tipo de política, exigindo organizações funcionais que possibilitem tomar decisões rápidas e eficientes, só pode ser viabilizada ao nível de governos locais e/ou regionais, e não formulada ao nível de Ministérios (VÁSQUEZ BARQUERO, 1995).

²¹ Ver, a propósito, um texto que problematiza essas questões face à conjuntura atual da política e da economia brasileiras (SOUZA 1995).

²² Sobre a importância de estruturas sociais comunitárias, e mesmo familiares, na constituição de distritos industriais, consultar Paci (1980), Segrestin (1980) e Sainsaulieu (1988).

- BAGNASCO, A. (1977). **Tre Italie: la problematica territoriale dello sviluppo economico italiano**. Bologna: Il Mulino.
- BAGNASCO, A. (1988). **La costruzione sociale del mercato**. Bologna: Il Mulino.
- BARQUERO, Antonio Vázquez ver VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio.
- BECATTINI, G. (1979). Dal settore industriale al distretto industriale; alcune considerazioni sull'unità d'indagine dell'economia industriale. **Rivista di Economia e Politica Industriale**, v.5, n.1.
- BECCATINI, G., dir. (1987). **Mercato e forze locali: il distretto industriale**. Bologna: Il Mulino.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. (1992). **Les régions qui gagnent: districts et réseaux; les nouveaux paradigmes de la géographie économique**. Paris: PUF.
- BRUSCO, S. (1982). The Emilian model: productive decentralisation and social integration. **Cambridge Journal of Economics**, v.6, n.2, p.167-184.
- BRUSCO, S., SABEL, C. (1981). Artisan production and economic growth. In: WILKINSON, F., ed. **The dynamic of the labour market segmentation**. Londres: Academic.
- CAMAGNI, R. (1991). **Innovation networks, spatial perspectives**. Londres/Nova York: GREMI/Belhaven.
- COLLETIS, G., COURLET, C., PECQUEUR, B. (1993). Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.14, n.1, p.9-25.
- COLLETIS, G., COURLET, C., PECQUEUR, B. (1990). **Les systèmes industriels localisés en Europe**. Grenoble; IREPD.
- COPPOLA, P. (1989). Le temps de la périphérie. **Revue Internationale des PME**, v.2, n.2-3.
- COURAULT, B. A., ROMANI, C. (1990). Flexibilité locale et districts industriels: l'exemple italien. **Problèmes Economiques**, n.2184, jul.
- COURAULT, B. et al. (1992). Les PME en milieu local. **Dossier de Recherche**, Paris: Centre d'Etudes de l'Emploi, n.48.
- COURLET, C. (1990). **Industrialisation et territoire: les systèmes productifs territorialisés**. Grenoble: IREPD. (mimeo).
- COURLET, C., dir. (1987). Industrialisation rampante et diffuse dans les pays en développement. **Revue Tiers Monde**, n.118.

- COURLET, C., JUDET, P. (1986). Nouveaux espaces de production en France et Italien. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n.29.
- COURLET, C., PECQUEUR, B., ROUSIER, N. (1988). **Etude sur les politiques industrielles locales dans le cadre de la promotion des PME**. Grenoble: IREPD. abr.(mimeo).
- COURLET, C., SANSON, G. (1992). **L'industrie dans la vallée de l'Arve: diagnostic, perspectives e stratégies**. SEMVAM.
- DIMOU, M.(1992). Industrialisation diffuse et développement périphérique: l'émergence des régions de l'Europe du Sud. In: SEMINAIRE EUROPÉEN ERASMUS. **Organisation territoriale et petites entreprises**. Pavie.
- FUÀ, G. (1985). Les voies diverses du développement en Europe. **Annales Economies-Sociétés-Civilisations**, n.3, maio/jun.
- FUÀ, G., ZACCHIA, C. (1973). **Industrializzazione senza fratture**. Bologna: Il Mulino.
- GAFFARD, J. L. (1990). **Economie industrielle de l'innovation**. Précis Dalloz.
- GANNE, (1989). PME et districts: à propos du modèle italien. **Revue Internationale des PME**, n.2.
- GARAFOLI, G. (1983). Sviluppo regionale e ristrutturazione industriale: il modelo italiano degli anni 70. **Ressegna Economica**, n.6.
- GAROFOLI, G. (1981). Lo sviluppo delle aree periferiche nell'economia italiana degli anni settenta. **L'industria**, v.2, n.3.
- GORDON, R. (1989). Les entrepreneurs, l'entreprise et les fondements sociaux de l'innovation. **Sociologie du travail**, n.1.
- HOUSSEL, J-P. (1972). Essor des villes manufacturières de l'habillement et industrialisation spontanée dans d'Italie du milieu. **Revue de Géographie de Lyon**, v.47, n.4.
- LACOUR, C. (1985). Espace et développement: des enjeux théoriques nouveaux face aux contradicitons des sociétés contemporaines. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n.5.
- LE MODELE italien: mythe ou réalité (1989). **Revue Internationale PME**, v.2, n.2/3.
- LINS, Hoyêdo Nunes, BERCOVICH, Nestor Andrés (1995). Cooperação envolvendo pequenas e médias empresas industriais no MERCOSUL. **Enasios FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.277-295.

- MAILLAT, D. (1992). La relation des entreprises innovatrices avec leur milieu. In: MAILLAT, D., PERRIN, J. Cl., eds. **Entreprises innovatrices et développement territorial**. GREMI/IRES.
- MARSHALL, A. (1934). **L'industrie et le commerce**. Tradução de Gaston Leduc. Marcel Giard. (Tradução de: Industry and trade, 1919).
- MARSHALL, A. (1971). **Principes d'economie politique**. Gramma. 2 t. (Tradução de Principles of economics, 1906).
- NADVI, K., SHMITZ, H. (1994). **Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda**. Brighton: IDS. (Discussion paper, n.339).
- PACI, M., dir. (1980). **Famiglia e mercato del lavoro in un'economia periferica**. Milano.
- PECQUEUR, B. (1992). Territoire, territorialité et développement. In: COLLOQUE INDUSTRIE ET TERRITOIRE: les systèmes productifs localisés. Grenoble.
- PECQUEUR, B., SOULAGE, B. (1992). **Rationalité et territoire**. Grenoble: IREPD. (Notes de travail, n.6)
- PERRIN, J. C. (1991). Technological innovation and territorial development, an approach in terms of networks and milieu. In: CAMAGNI, R., ed. **Innovation networks spatial perspectives**. London: Bell Raven.
- PERSPECTIVES de politique scientifique et technologique (1988). Paris: OCDE.
- PIORE, M., SABEL, C. (1984). **Les chemins de la prospérité: de la production de masse à la spécialisation flexible**. Tradução de Luc Boussard. Paris: Hachette. (Tradução de: The second industrial divide: possibilities for prosperity, 1989)
- PLANQUE, B. (1988). La PME innovatrice: quel est le rôle du milieu local? **Revue Internationale PME**, v.1, n.2, dez.
- RAVEYRE, M. F., SAGLIO, J. (1984). Les systèmes industriels localisés: éléments pour une analyse sociologique des ensembles de PME industriels. **Sociologie du Travail**, n.2.
- SABEL, C. (1986). Industrializzazione del terzo Mondo e nuovi modelli produttivi. **Stato e Mercato**, n.17, ago.
- SABEL, C. (1993). Trust, tradition and politics: the governance of flexible economies. In: SABEL, C., ZEITLIN, J., eds. **Words of possibility**:

- flexibility and mass production in western industrialization. Lyon: Maison des Sciences de L'Homme.
- SAINSAULIEU, R. (1988). Stratégies d'entreprises et communautés sociales de production. **Revue Economique**, n.1, jan.
- SALAI, R. (1989). L'analyse économique des conventions du travail. **Revue Economique**, v.40, n.2,
- SALAI, R., STORPER, M. (1992). **Les mondes de production**; enquête sur l'identité économique de la France. Paris: L'Ecole des Hautes Etudes des Sciences Sociales.
- SCHMITZ, H.(1990). Petites entreprises et spécialisation souple dans les pays en développement. **Travail et société**, v.15, n.3.
- SCHMITZ, H., MUSYCK, B. (1993). **Industrial districts in Europe: police lessons for developing countries?** Brighton: IDS. (Discussion paper, n.324).
- SEGRESTIN, D. (1980). Les communautés pertinentes de l'action collective. **Revue Française de Sociologie**, n.21.
- SENGENBERGER, W., PYKE, F. (1991). Les districts industriels et la régénération de l'économie locale: thèmes de recherche et d'action. **Travail et société**, v.6, n.1.
- SILVA, R. (1988). **Industrialisation et développement local: une interprétation à partir du cas portugais**. Grenoble: Université Pierre Mendes France. (Thèse de doctorat)
- SOULAGE, B. (1994). Des systèmes productifs localisés aux politiques. In: COURLET, C., SOULAGE, B. **Industries, territoires et politiques publiques**. Paris: L'Harmattan.
- SOUZA, Enéas (1995). De repente, no último verão. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p.114-126.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (1995). Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.221-241.